

A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM JARDIM DO SERIDÓ: a “Veneza Seridoense”.

Diego Marinho de Gois

Mestrando em história PPGH-UFRN

Sendo o espaço e a cidade objetos de desejos, interesses, seduções, sedições, apropriações, batalhas, vitórias, derrotas; requerem que se analisem historicamente. Esta pesquisa investiga e problematiza a construção dos espaços públicos da cidade de Jardim do Seridó, sertão do Rio Grande do Norte, no início do século XX, quando a municipalidade jardinense foi presidida pelo “farmaceutico” Heráclio Pires Fernandes, que governou a cidade de 1917 a 1930 e era formado pela Faculdade de Farmácia do Recife, onde entrou em contato com as influências arquitetônicas, políticas e artísticas que circulavam na capital pernambucana. Nas primeiras décadas do século XX, o espaço jardinense passa a ganhar enunciados e práticas, frente ao discurso da modernidade, que buscava legitimar o título de “Veneza Seridoense”. Nesta época a cidade passa por diversas transformações em seus espaços públicos, através da construção do Açougue, o Mercado, as Estradas Públicas ligando a cidade aos outros centros urbanos, a edificação da Ponte da Fazenda Pedra Lavrada, o Grupo Escolar “Antônio de Azevedo”, a Banda de Música “Euterpe Jardinense”, o Grêmio Literário e Recreativo Jardinense, o Coreto, o calçamento, arborização, iluminação, nomeação e numeração das ruas, a pintura anual das residências, a chegada dos automóveis, os correios e o telégrafo. Estes novos cenários geraram impactos no cotidiano da população e foram recepcionados de forma diferenciados pelos sujeitos envolvidos no processo, o que mostra a tensão entre o velho e o novo na relação em história e espaço.

Palavras Chave: Espaços, modernidade, cidade.

A cidade de Jardim do Seridó estava passando por um processo de transformação em sua estrutura urbana, nas primeiras décadas do século XX. Estradas, ponte, coreto, açougue, remodelação do mercado, construção do grupo escolar, nomeação, numeração, arborização e calçamentos de ruas, iluminação elétrica, telégrafo, clube social e limpeza das residências e prédios públicos, são exemplos das modificações realizadas nos espaços jardinenses. O jornal quinzenal *O Município – órgão independente e noticioso*, ressaltava, em 21 de setembro de 1918, as mudanças e transformações dos espaços da cidade:

Sabem todos os Jardinenses que o nosso Município caminha a passos largos pela estrada do progresso e que só os indivíduos incontentáveis e pessimistas, que, aliás, são nullidades inoffensivas que não podem apagar a nossa evolução. [...]. Além desta cidade, o Município conta mais quatro localidades importantes e em todas ellas faz-se sentir o influxo da acção de seus filhos no afan de tornal-as civilisadas e prosperas¹.

Diante do contexto de transformação apontado pelo jornal, algumas problemáticas começaram a povoar as nossas reflexões: Em que consiste este ideal de “progresso” e “civilização”? Como estes discursos conseguiram circular por esta cidade? Quais as transformações nos espaços resultaram deste processo?

Pelas páginas do jornal *O Município* vamos acompanhar a construção de algumas obras públicas executadas pela Intendência Municipal, órgão executivo, legislativo e até judiciário, criado após a proclamação da República no Brasil, em substituição às Câmaras de Vereadores, tendo como recorte espacial a cidade de Jardim do Seridó nas primeiras décadas do século XX, pretendendo perceber a edificação de diversos prédios públicos no período da administração do farmacêutico Heráclio Pires Fernandes, que governou a cidade de 1917 a 1930.

A construção destas obras públicas era divulgada pela imprensa local, sendo o jornal *O Município*, o meio de divulgação das ações da administração e de onde a elite letrada local propagava os seus desejos e ideais. As transformações urbanas eram veiculadas pela imprensa através das ideias de “progresso”, “desenvolvimento” e “civilização”. Estas representações são encontradas ainda nas documentações da Intendência Municipal, como as *Atas das Sessões*, os *Livros de Leis e Decretos* e o *Livro de Multas*, bem como nas atas do *Grêmio Litterario e Recreativo Jardimense*, que compõem cenários de uma cidade atualizada com as transformações do tempo.

Em Jardim do Seridó, no recorte temporal de 1917 a 1930, a administração pública local foi confiada ao farmacêutico Heráclio Pires Fernandes, formado pela Escola de Farmácia do Recife, nos primeiros anos do século XX. Com base na documentação mais antiga à qual tivemos acesso, o adjetivo “pharmaceutico” já acompanhava o nome de Heráclio Pires, em 1914, quando o mesmo criou, juntamente com a mocidade local, o “Grêmio Litterario e Recreativo Jardimense”. A ata de fundação da sociedade literária e recreativa apresenta a profissão de farmacêutico ao lado do seu nome, o que possibilita perceber que ele já havia concluído os estudos acadêmicos nas primeiras décadas do século XX. Como estudante em Recife, capital de Pernambuco, o jovem Heráclio Pires entrou em contato com as ideias e influências artísticas, políticas e arquitetônicas que circulavam na capital pernambucana.

Para o historiador Raimundo Arrais, a cidade do Recife, a partir da administração de Francisco do Rego Barros, à frente do governo provincial entre 1837 e 1844, vivenciava uma “era de prosperidade”, proporcionada pelas exportações de açúcar,

permitindo que fosse colocado em prática um arrojado e acelerado projeto urbanístico, sendo seguido por outros administradores. Para este autor,

a maior cidade da província de Pernambuco, capital desde 1827, o Recife mergulhará progressivamente nas relações do mundo capitalista, que têm seu núcleo nos aglomerados urbanos que crescem de maneira fabulosa a partir da Revolução Industrial. Desses centros do capitalismo mundial, as elites recifenses absorvem com ansiedade as ideias, os valores e os objetos que emanam do mundo criado pela burguesia, para com eles construírem sua imagem².

Tomando as emblemáticas cidades de Londres e Paris como fontes radiantes de ideias, valores e objetos que emanam do mundo criado pela burguesia, Recife é investida de novos equipamentos urbanos, que transformam a fisionomia da cidade e os comportamentos dos seus habitantes, rompendo com os vínculos coloniais, onde, “em sua materialidade, o lugar público foi objeto do esforço de administradores e médicos, que se empenhavam em convertê-lo em meio de instrução e ensinamento dos novos costumes de civilidade, de ordem pública, de salubridade”³. As transformações nos espaços da cidade do Recife propagaram nas décadas seguintes, assumindo uma nova roupagem no início do século XX, reconstruindo as imagens da cidade, não apenas nas produções literárias, mas, também, em nível físico, na medida em que deram sentido e visibilidade às intervenções político-estratégicas nos espaços físicos⁴.

Este contexto de transformação dos espaços urbanos em Recife continuava acontecendo na época em que Heráclio Pires Fernandes freqüentava os bancos da Escola de Farmácia daquela cidade, sendo a experiência da modernidade vivenciada por aquele jardinense. Desse modo, Heráclio Pires recebeu influência, tanto pelas vivências quanto pelo conhecimento científico de sua formação acadêmica como “Membro da Academia Physica – Chimica Italiana e de diversas associações científicas”, conforme os anúncios publicitários da “Drogaria e Pharmacia Pires” no Jornal *O Município*. Segundo Raimundo Arrais, médicos e farmacêuticos fundaram a Sociedade de Medicina de Pernambuco, cujo objetivo “era coadjuvar a administração da província, em todos os assuntos concernentes à saúde pública”⁵. Neste sentido, tornava-se cada vez mais comum no país que médicos e outros cientistas assumissem um papel importante nas decisões da administração pública. Sendo assim a gestão de Heráclio Pires estava calcada na preocupação com a saúde pública, resultante de sua formação acadêmica.

Para Sidney Chalhoub, no regime republicano os “médicos-higienistas” atingiram o auge de sua influência política, inclusive muitos deles chegaram a assumir o

cargo de presidentes das Intendências Municipais, a exemplo do médico Candido Barata Ribeiro na Capital Federal, que colocou em prática a sua opinião histórica do tipo de habitação coletiva que eram os cortiços⁶. Esta discussão permite pensar a atuação de profissionais provenientes de outros campos do conhecimento científico, atuando sobre a cidade, como no caso do farmacêutico Heráclio Pires Fernandes para o contexto de Jardim do Seridó, eleito presidente da Intendência Municipal a partir de 1917.

A sua administração tinha por lema “moralidade e justiça” e como princípio “o bem-estar colectivo e a integração do Município, que é uma cellula da federação, nos verdadeiros princípios republicanos, e é o que dirão os nossos munícipes que os quizerem fazer justiça”⁷. As ações do governo visavam implantar na cidade de Jardim do Seridó “largos gestos de ambicionados progressos”⁸. Heráclio Pires conseguiu se reeleger sucessivamente de 1917 a 1930, quando foi deposto pela Revolução.

Durante o longo espaço de tempo em que governou essa cidade, foi posto em prática um inédito processo de urbanização em voga nas principais cidades brasileiras, porém resignificado de acordo com a especificidade do contexto local. A cidade vai ganhando novos contornos, pinceladas modernas e, com isto, se transforma em palco de novas sensibilidades/sociabilidades. Modificações que foram chegando e transformando os ares da cidade. Uma nova paisagem, conforme observa Marshall Berman⁹, era construída nos espaços urbanos; sendo a cidade um “lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenção, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é, ao mesmo tempo, a maquinaria e o herói da modernidade¹⁰”.

Buscando construir uma cidade que seduzia, a administração local, presidida pelo Intendente Heráclio Pires Fernandes, investe na construção de diversos novos espaços públicos. Essas obras eram divulgadas pela imprensa local, a partir de enunciados do tipo: “promover o desenvolvimento e a civilização”. O objetivo era inserir a cidade de Jardim do Seridó na estrada do progresso. Para tanto, a administração investe na edificação de prédios públicos com novas estruturas físicas, em substituição a antigas edificações. Um exemplo dessas inovações foi a construção do Açougue Público, destinado à comercialização de carnes nos dias de feiras livres. Em Jardim do Seridó, existia um antigo prédio que servia de açougue, porém, de acordo com o jornal *O Município*,

O edifício onde funciona, actualmente, o nosso açougue público, servindo para a venda da carne nos dias de feira, constitui um verdadeiro terror para quantos têm necessidade de frequentá-lo, muito principalmente para os que são obrigados a permanecer ali por algumas horas, pois, além das suas péssimas condições de asseio e falta de higiene, a temperatura eleva-se extraordinariamente no seu interior, devido a aglomeração de feirantes, ao acumulo de mercadorias e a falta de ventilação. Torna-se, pois, urgente, a aquisição de um prédio que satisfaça melhor as necessidades do público ante o progressivo desenvolvimento do nosso commercio e este é o desejo do *actual chefe do executivo municipal, conhecedor, mais que todos, dos inconvenientes* do pequeno cubículo da travessa 7 de setembro, que serve de açougue público¹¹.

O chefe do Executivo Municipal é apresentado como conhecedor dos problemas descritos na crônica, em virtude de sua formação acadêmica em farmácia. O discurso da higienização dos espaços era propagado no Brasil através dos chamados “médicos-higienistas”, conforme os estudos de Sidney Chalhoub. Em Jardim do Seridó, as ideias higienistas circulavam através da atuação do próprio chefe da municipalidade. Como Intendente Municipal, Heráclio Pires atuou no sentido de dotar os espaços jardinenses de equipamentos urbanos, zelando pela saúde pública e moldando a cidade aos ditames da modernidade. Neste sentido, os espaços com pouca ventilação, favorecendo a proliferação de imundícies, eram substituídos por novos espaços, higiênicos e ordenados.

Iranilson Buriti de Oliveira observa que as principais cidades brasileiras instauravam, a partir da emergência republicana, um movimento médico-higienista, onde as autoridades governantes começaram a enunciar discursos preocupados com a higiene da família, do ambiente, com a limpeza dos prédios, com a iluminação elétrica, drenagem de pântanos, aterro sanitário, arborização de parques e jardins, objetivando a melhoria do fluxo de ar, sitiada pelos problemas urbanos¹². Embora a historiografia brasileira tenha privilegiado os espaços das grandes cidades nesta abordagem, estas experiências foram vivenciadas por algumas cidades do sertão, a exemplo da pequena cidade de Jardim do Seridó, onde as transformações urbanas realizadas nas primeiras décadas do século XX, divulgadas pela imprensa, visavam atualizar a cidade, em consonância com os desejos do mundo moderno.

O redator da matéria do jornal *O Município*, além de descrever para os seus contemporâneos a crítica situação em que se encontrava o prédio que servia de Açougue Público, procurava introjetar na população leitora novos valores como higiene, progresso e desenvolvimento; bem como justificava a necessidade de se construir um novo edifício de “melhores condições de asseio e amplamente banhado pela luz e ar”, para melhorar a

conservação dos alimentos e dar maior conforto aos vendedores de carnes e à população que freqüentava aquele espaço.

Raimundo Arrais, estudando as transformações urbanas do Recife do século XIX, apontou que as condições naturais iam se tornando cada vez mais hostis à vida humana, à medida que a cidade crescia, aliada ao aumento do número de pessoas ocupando um mesmo espaço cercado. Objetivando conhecer os problemas de salubridade da cidade, médicos e farmacêuticos da Sociedade de Medicina de Pernambuco detectaram, na Teoria dos Miasmas, a principal explicação das doenças.

Esses higienistas “desenvolveram ações visando gerir os fluxos do ar da cidade, assegurando as condições para impelir os miasmas danosos para longe da aglomeração”¹³. Deste modo, a edificação do novo Açougue Público de Jardim do Seridó, empreendida pelo farmacêutico Heráclio Pires, “conhecedor, mais que todos, dos inconvenientes do pequeno cubículo da travessa 7 de setembro”, se insere no princípio de salubridade em sua arquitetura, devendo o novo prédio ser “amplamente banhado pela luz e ar”, conforme observou um cronista do jornal.

Para este cronista de 1919,

Nos meios pequenos como o nosso, onde a feira constitue um dos meios importantes locais de convivência, sobretudo da sociedade rural que a ella afflue, presurosa, para o intercambio de suas mercadorias, achamos que a municipalidade tem o dever de cercar do maximo conforto aos seus contribuintes, proporcionando-lhes todas as facilidades possíveis em seus negócios¹⁴.

A construção de um novo Açougue em substituição ao antigo prédio da Travessa Sette de Setembro envolvia questão de salubridade do espaço, como: localização, dimensão, proporção, ordenamento e estética da rua. Estas condições eram debatidas nas sessões da Intendência Municipal, que analisava a escolha de um local apropriado para a construção, topograficamente plano e que fosse localizado nas proximidades do Mercado Público, onde era realizada a feira livre, sendo a venda de carne um alongamento do comércio local.

Em frente ao Mercado Público existia um grande espaço aberto, denominado Praça Municipal e a Intendência havia decretado a abertura de uma rua cortando longitudinalmente a referida praça. A imprensa local questionou a diminuição do referido

espaço, porém apontou como local para ser construído o novo Açougue. Um cronista afirmou que:

em thése, somos contrários ao estreitamento das ruas e praças públicas, entretanto, em um caso especialíssimo como o nosso, sem dispormos de terrenos planos para construcção, máxime junto ao mercado público onde, todos procuram se agglomerar, applaudimos a decretação da nova rua e apontamos o terreno vago que na mesma ainda existe, para n'elle ser construído o açougue público¹⁵.

A edificação de um novo prédio para comercialização de carnes estava calcada nos novos valores que serviam de pilares ao discurso da modernidade. Segundo Gilmar Arruda, “a civilização dos costumes, o refinamento de atitudes e a higienização e estética das ruas correspondem a um movimento que pode ser localizado no final do século passado [XIX] e início deste [XX], chamado de ‘esforço para atualizar o Brasil diante do mundo’”¹⁶. Desse modo, a construção do novo Açougue Público observava as necessidades, como: higiene, comodidade, ventilação, amplidão e embelezamento da cidade. Vejamos uma matéria de um cronista contemporâneo à edificação:

Tivemos ocasião de visitar, esta semana, o importante prédio que está sendo construído na praça do mercado desta cidade pela Intendência Municipal, destinado á serventia de açougue público, e verificamos que, de facto, trata-se de uma edificação capaz de honrar a nossa urbs. O prédio em construcção, é um espaçoso edificio medindo cerca de 20 metros por 8, todo armado em columnas, de sólida construcção e com as acomodações precisas para as necessidades locais¹⁷.

Analisando esta narrativa, observamos a presença de dois enunciados utilizados na construção de uma nova cidade: o embelezamento “capaz de honrar nossa urbs” e a amplidão dos espaços “medindo cerca de 20 metros por 8”. Além disso, as edificações prezavam pelo caráter majestoso e pela durabilidade. O processo de urbanização buscava construir uma cidade que seduzia. Deste modo, as crônicas dos jornais apresentavam as edificações das obras públicas como uma forma de embelezamento dos espaços urbanos, onde os jardinenses se tornariam orgulhosos e honrados de habitarem aqueles espaços e receberem os visitantes de outras localidades.

O novo Açougue Público de 1919 foi construído segundo os modernos parâmetros de edificação, sendo todo armado com colunas sólidas. Além disto, era

constituído de diversas janelas, possibilitando a livre circulação de luz e ar, proporcionando uma melhor conservação dos alimentos ali comercializados. Sua edificação se inseria na lógica dos melhoramentos urbanos promovidos pelo farmacêutico Heráclio Pires, no objetivo de legitimar o título de “Veneza Seridoense” atribuído à cidade de Jardim do Seridó, conforme é apresentada nas crônicas jornalísticas.

Segundo Evaneide Maria de Mélo, “o privilégio fisiográfico incrustou Jardim do Seridó numa disposição entre os rios (Seridó, Cobra e Acauã) e isso contribuiu para que a cidade fosse denominada simbolicamente de “Veneza Seridoense”¹⁸. Podemos ainda acrescentar que a designação da cidade de Jardim do Seridó como “Veneza Seridoense” acontecia sempre quando se tratava de atualizar a cidade no discurso moderno, empreendido pelo Chefe da Intendência, Heráclio Pires Fernandes, que morou no Recife, durante o período em que esta cidade vivenciou os contrastes da modernidade, através das transformações artísticas, políticas e arquitetônicas que circulavam na capital pernambucana, a “Veneza Brasileira”, conforme apontam os estudos de Raimundo Arrais¹⁹.

O ideal de modernidade, radiante nas capitais brasileiras, seguia também os caminhos e estradas do sertão, chegando inclusive à pequena e distante dos grandes centros, cidade de Jardim do Seridó. Nesta, um processo de urbanização foi posto em prática para atender às necessidades da sociedade, seja através da construção de outros prédios, como o Açougue Público, seja pela remodelação de edifícios já existentes, a exemplo do Mercado Municipal. A proposta da administração era atualizar os espaços com novos prédios e outras funções.

Na cidade de Jardim do Seridó, o antigo edifício que servia de Mercado Público precisava ser ampliado e remodelado no início do século XX. O Mercado foi construído por Joaquim Araripe, então prefeito municipal, em 25 de novembro de 1874, contando, porém, com uma estrutura muito pequena²⁰. Destinado à comercialização de diversos gêneros alimentícios e utensílios domésticos, o Mercado aglomerava um grande número de pessoas, sobretudo nos dias de sábado, quando eram realizadas as feiras livres da localidade, atraindo não só a população urbana, mas também pessoas de outras cidades e sítios da região. Regina Coelli Gomes Nascimento, ao estudar o processo de modernização no contexto da cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, do início do século XX, observa que, nos dias de feiras, a cidade se transformava numa grande festa, recebendo, além dos feirantes e funcionários da administração da feira, os

fregueses, os balaieiros, os carregadores, os cantadores, os emboladores de coco, os mendigos e as prostitutas, cada um contribuindo, à sua maneira, para a agitação pela qual passava a cidade naqueles dias²¹.

Embora esta leitura se refira ao espaço da cidade de Campina Grande, localizada no sertão paraibano, ela serve para se entender também o contexto de transformação e de agitação pelo qual passava Jardim do Seridó, nos dias de feira livre, proveniente do intenso movimento de pessoas da cidade, do campo e de outras localidades, que se dirigiam ao Mercado, munidos de objetivos múltiplos. Nos dias de feira a cidade recebia muitos visitantes. José Nilton de Azevedo observa que, ao virem à cidade, a maior parte das pessoas procuravam o comércio, para comprar ou vender, uma parte vinha só para se distrair ou o prazer de ver o movimento da rua, uns de boa fé iam à igreja; outros para as casas de jogos; já outros se juntavam para conversar e beber cachaça²².

Nos dias de feira, o Mercado é transformado em um ambiente de diversas práticas, sendo um ponto de convergência de distintos interesses e desejos por parte dos seus frequentadores. Por ser utilizado por diversas pessoas, a administração pública o via como um espaço propício para a proliferação de imundícies que poderiam colocar em risco a saúde da população. A remodelação do Mercado passou a ser uma prioridade da gestão a partir de 1917, sendo que,

Conforme o edital publicado na coluna competente, o senhor Presidente da Intendência está no propósito de levar avante a remodelação do nosso mercado público, para o que, acha-se esse serviço em concorrência. O pequeno número de artistas de que dispomos acha-se empregado em outras obras, sendo grande o número de construções, actualmente, nesta cidade, eloquente attestado do nosso progresso.

Assim como este, outros serviços públicos de menor importância teem sido preteridos pela falta absoluta de artistas competentes entre nós.

Mais que isto, apelamos para o Sr. Presidente da Intendência e confiamos em que S.S. redobrará de esforços no sentido de levar avante a reconstrução do nosso mercado público *substituindo o velho casarão de aspecto colonial* que ahi está, por um edificio de melhor aspecto, capaz de não desmentir as nossas tradições de “Veneza do Seridó”²³.

Desta crônica, podemos observar uma tentativa de monumentalização da cidade de Jardim do Seridó, aliada ao discurso da modernidade, propagada pelo cronista

do jornal noticioso e formador de opinião *O Município*. Uma cidade que estava caminhando pela estrada do “progresso”, atestada pela falta de artistas, operários e carpinteiros, devido ao “grande número de construções”. O espaço urbano jardinense estava sendo moldado através de novas construções que passavam a fazer parte da sociedade, construções essas exigidas pelo refinamento dos costumes e valores, pela higiene e pela estética das ruas, “capaz de não desmentir as nossas tradições de ‘Veneza do Seridó’”.

A Veneza Seridoense, espaço de transformações, vai sendo elaborada pela administração pública, através das influências modernas, que tentavam apagar as marcas do velho, substituindo por novos edifícios. A administração procurava primar pelos princípios da higienização, sendo os novos espaços edificadas numa forma de integração com as transformações de seu tempo, tomando como modelo as modificações que estavam sendo implantadas em outros centros, principalmente, a cidade de Recife, onde parte da elite jardinense mantinha relações comerciais.

Porém, a afirmação dos ideais de adiantamento e civilização almejados pela elite intelectual e propagados pelo jornal *O Município* não abria mão de elementos tradicionais. Estes, ao contrário, atuavam como legitimadores das transformações urbanas empreendidas pela municipalidade. Deste modo, as páginas jornalísticas, ao exaltarem a necessidade de remodelar o Mercado Público, justificavam tais ações como forma de “não desmentir as nossas tradições de ‘Veneza Seridoense’”, mostrando, com isto, que o ideal deste grupo era pautado pela ambivalência entre o moderno e o tradicional. Embora possa parecer contraditório, a historiografia brasileira tem apresentado a tentativa de convivência harmoniosa entre estes dois termos, como uma marca específica do mundo moderno no Brasil²⁴.

Neste sentido, a preocupação com a atualização do tempo presente, incorporando-lhes as novidades que circulavam nas cidades mais importantes do país, não se achava desvinculada da necessidade de legitimação das tradições, sendo as transformações urbanas uma forma de referenciar o elemento tradicional de caracterização da cidade como “Veneza Seridoense”, sendo este título utilizado nas reformas realizadas por Heráclio Pires, como, na remodelação do Mercado Público.

O “remodelamento”, como era divulgado pela imprensa, serviu para tornar o Mercado um espaço limpo, ventilado e amplo, possibilitando a circulação de muitas pessoas em um único espaço, o que se pode identificar através da austeridade

geométrica de suas linhas arquitetônicas, em perfeita consonância com a funcionalidade e a higienização pretendidas.

O prédio era um local central, para onde convergia um número significativo da população, com objetivos diversificados: comprar, vender, conversar, beber, comer, ou mesmo, somente para olhar, passear. O espaço onde diversos sujeitos, homens, mulheres, velhos, jovens e crianças circulavam, emergia como uma preocupação pertinente à administração de Heráclio Pires. Nesse contexto, podemos entender a quantidade de portas e janelas presentes neste prédio, permitindo uma maior circulação de ar e evitando tornar o ambiente úmido, propício à proliferação de fungos nos alimentos ali comercializados, além de garantir a manutenção do fluxo de pessoas.

Para atender aos princípios do remodelamento interno da cidade, diversos elementos são construídos, objetivando constituir a cidade pelas vias estruturantes do urbano moderno. Segundo José Nilton de Azevedo, “Dr. Heráclio Pires foi pioneiro na região do Seridó, em fazer calçamento com lajes e arborizar a cidade com fícus benjamim”²⁵. Assim, o embelezamento da cidade não ficou restrito aos prédios públicos; ele foi deslocado também para as vias de circulação das pessoas. As ruas e avenidas se transformaram em objeto da atuação do poder administrativo.

As antigas árvores existentes na cidade foram todas substituídas por um projeto racional de arborização, distribuindo ordenadamente os espaços ocupados por cada planta. As ações da administração pública se estendiam pelas “artérias e veias”, parafraseando Richard Sennet²⁶, de diversas formas: a arborização, a iluminação, o telégrafo, a limpeza das residências, o destino do lixo. São ações que tornaram a vida urbana cada vez mais complexa, exigindo novas formas de comportamento.

A limpeza das ruas e avenidas passou a ser outra prioridade da Intendência Municipal. No relatório de prestação de contas da primeira etapa da administração de Heráclio Pires, a limpeza pública foi apontada como “um dos mais importantes serviços públicos, para elle tive sempre as vistas voltadas”. E concluiu que,

A lei número 35 de 7 de Maio de 1917, creou um serviço de limpeza pública permanente nesta cidade, serviço que está a cargo do cidadão Pedro Gomes de Souza, nomeado por portaria de 9 do mesmo mez.

O aspecto agradável e a impressão de asseio que se nota nas ruas de nossa cidade, dizem bem do zelo deste funcionário, que se tem esforçado por cumprir seu dever²⁷.

Além de exaltar o cuidado e o zelo demonstrados pelo funcionário nomeado para a função de promover a limpeza pública da cidade, o Chefe do Executivo apresenta em seu relatório as novas formas de comportamento que os cidadãos deveriam observar na urbe. Manter a cidade com um “aspecto agradável e a impressão de asseio” significava remover todo o lixo que estivesse distribuído pelas vias públicas do perímetro urbano.

A lei número 37, de 7 de maio de 1917, que criou um serviço de limpeza pública permanente, apresentava os cuidados que o encarregado da higiene das ruas deveria observar, o que compreendia “conservar aseiado e varrido de todo o lixo ou qualquer imundice, todo o perímetro urbano d’esta cidade”, conforme determinava o inciso 1º da referida lei. Isto significava a conservação de todas as vias públicas, como: ruas, praças, travessas, estradas e vielas que estavam localizadas no perímetro urbano, “inclusive o asseio do actual Mercado e açougue público, o qual será regulado pela presente lei”.

O cidadão Pedro Gomes de Souza, nomeado para a função de limpeza pública, percorria cotidianamente as ruas e avenidas, no intuito de fazer a remoção de todo o lixo urbano, sejam aqueles depositados nas vias públicas, sejam aqueles provenientes das casas de famílias, estabelecimentos comerciais e habitações particulares. Além da conservação da limpeza, o novo contratado pela Intendência Municipal deveria “fazer o aterramento das barrocas ou escavações feitas pelas águas pluviais, removendo quaesquer accidentes [...] afim de applainar quanto possível a superfície do terreno”²⁸.

A criação deste serviço de limpeza pública se insere no ideal de higiene propagado no Brasil nas primeiras décadas do século XX. O objetivo deste processo era purificar a cidade de quaisquer tipos de “imundices”. Em função deste objetivo, a classe política brasileira do início do século passado atuou de forma autoritária e exclusiva, detectando nas camadas pobres o foco do desenvolvimento de doenças contagiosas, que deveriam ser varridas dos centros urbanos e até mesmo exterminadas. No Rio de Janeiro, em nome de um projeto modernizador e higienizador dos espaços, as camadas populares foram retiradas do centro, gerando resistências por parte dessas populações. Estes fatores contribuíram para a eclosão da “Revolta da Vacina”, conforme os estudos de Sidney Chalhoub²⁹.

Alinhar a população urbana aos novos padrões de comportamento só foi possível devido a um processo de disciplinarização, o que causava desconforto na vida das pessoas, obrigando-as a se adaptarem às novas tecnologias. A criação do serviço de limpeza significava que a população deveria obedecer aos locais determinados pela Intendência Municipal para a colocação do lixo, bem como observar os dias em que o encarregado deste serviço passava para recolhê-los.

O não cumprimento dessas determinações gerava multas, estipuladas por valores entre cinco a vinte mil reis, dependendo da gravidade do caso. A multa poderia ser aplicada tanto ao encarregado da limpeza, caso deixasse de obedecer às determinações da legislação, quanto aos proprietários de prédios encavados no perímetro urbano os quais, inclusive, deveriam proceder à “limpeza e remoção do lixo proveniente de suas obras logo que os trabalhos das mesmas forem paralisadas ou concluídas”.

Com base no Livro Termo de Multas (1882/1940) da Intendência Municipal de Jardim do Seridó, é possível perceber que, apesar das punições impostas pela administração, multando os sujeitos que feriam o Código de Posturas da cidade, depositando lixo nos espaços públicos, alguns indivíduos foram responsabilizados por estas práticas ilegais, o que mostra a dificuldade da população de se adaptar às novas regras de comportamento.

A criação do serviço de limpeza urbana permanente e a obrigatoriedade de conservação das ruas de forma asseada, não se concretizou somente em termos de legislação. Vale apontar para a permanência de práticas anteriores a esta postura, por parte de alguns moradores da cidade, colocando em cena o trabalho do fiscal do distrito da cidade, o senhor Maximino Cavalcante d’Albuquerque.

Em uma de suas andanças pelas ruas e avenidas da cidade, o referido fiscal detectou que, no dia 22 de maio de 1917, o comerciante Raymundo de Azevedo Moraes, havia infringido as disposições do artigo 4º da Lei de criação do serviço de limpeza, “pelo facto de ter o mesmo jogado um caixão de lixo no becco do mercado d’esta Cidade, lado sul³⁰”. Diante dessa infração, o fiscal compareceu à Secretaria do Governo Municipal e declarou haver imposto uma multa no valor de três mil reis (3\$000) ao cidadão.

A cidade estava passando por um processo de higienização e inovação, por parte da administração pública. Essas mudanças encontravam resistência por parte de alguns dos seus moradores, pois a atuação da Intendência Municipal perante a ação da

limpeza dos espaços causava transformações no cotidiano da população. Em Jardim do Seridó, foi criada uma postura para manter limpas e conservadas as fachadas das residências localizadas no perímetro urbano da cidade e dos distritos municipais, obrigação esta imposta aos proprietários, conforme determinava a legislação em vigor. O artigo 10 do Código de Postura previa que todas as residências localizadas na cidade deveriam passar por uma operação de limpeza de suas fachadas, durante o mês de novembro, período que antecede as festividades de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Município. Em 13 de julho de 1918, o jornal *O Município* publicou em sua edição de número 31 o seguinte edital:

O cidadão Pharmaceutico Heráclio Pires Fernandes, Presidente da Intendência Municipal da Cidade do Jardim, na forma da Lei etc.

Faço saber aos senhores proprietários de prédios encravados no perímetro urbano desta cidade e povoações do município, que de acordo com o que determina o art. 10 Cap. II do Código de Posturas desta municipalidade, fica marcado o prazo até o dia 30 de Novembro do corrente anno para que os referidos senhores proprietários de prédios ou seus inquilinos procedam à limpeza dos mesmos, de acordo com a lei e sob pena de multa³¹.

Podemos observar neste artigo do Código de Posturas um nítido processo de envolvimento com a proposta de higienização dos espaços da cidade penetrando nas mentes dos administradores de Jardim do Seridó, no período de 1917 a 1930. A limpeza de todas as edificações que integravam o perímetro urbano da cidade estava associada à ideia de higienização dos espaços físicos que se propagavam nos grandes centros urbanos, guardadas as devidas proporções. Estes princípios impulsionavam os desejos de que era preciso limpar, separar, arruar, calcular, higienizar e embelezar a cidade, tornando os espaços públicos objetos de sedução, capazes de legitimar o título de “Veneza Seridoense”, tão propagado nas crônicas dos jornais.

Esse processo de desodorização dos espaços públicos, calcados em normas de higiene ditadas por médicos e sanitaristas fora incorporado pelos administradores de centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Natal e várias outras capitais brasileiras, conforme apontam diversos estudos historiográficos. Porém, essa transformação do urbano não ficou circunscrita às capitais, mas, como aponta Gilmar Arruda, seguiu também os caminhos e estradas dos sertões.

A pequena cidade de Jardim do Seridó, localizada no sertão do Rio Grande do Norte, também vivenciou os indícios da chegada do “progresso”, sendo que seus administradores buscaram inspiração de higiene, moral e racionalidade para ordenar os espaços urbanos. Quanto à limpeza, a preocupação básica era a de impedir a concentração de imundícies e promover o embelezamento das ruas e casas. Para tanto, foi implantado o serviço de Limpeza Pública.

Esse cuidado diário com a higiene das casas era complementado pelo embelezamento anual das fachadas das residências, cujos procedimentos deveriam “constar de caiação e pinturas das frentes e respectivos muros, quando estes forem encravados em ruas e travessas, sendo os proprietários os responsáveis pelas placas das numerações dos prédios, as quais deverão ser collocadas no lugar conveniente³²”. Esses serviços consistiam na manutenção do asseio e agradabilidade visual das espacialidades jardinenses.

O Código de Posturas, que determinava a limpeza das residências urbanas, refere-se à interferência da administração na vida da população da cidade. Assim, tanto a Intendência quanto os moradores deveriam zelar pelos espaços públicos, torná-los objetos de desejo, de racionalidade, de progresso, de higiene e, sobretudo, de sedução. Aqueles que não se enquadravam neste mundo de desejo proposto pelos administradores, estavam infringindo a legislação local e, portanto, deveriam passar pela repressão com multas. Sobre este assunto, o jornal O Município esclarecia a população que,

Aqueles que se estibarem neste facto para olvidarem a determinação legal, terão de verificar depois que a lei não é vontade de cada um, e que a Intendência, pelo facto de não ter feito ainda a remodelação de um prédio este de sua propriedade não tem perdido a faculdade de impor multas a quem quer que seja pela infração do seu código de posturas³³.

No entanto, apesar dos inúmeros apelos de observância do Código de Posturas, alertando para as multas a serem impostas àqueles que deixavam de cumprir a limpeza das residências, inclusive “aqueles que fizerem o serviço de modo incompleto, deixando de fazer a pintura das portas e janelas, como alguns costumam³⁴, diversos proprietários de prédios urbanos deixavam de cumprir a exigência da legislação municipal.

Estes procedimentos são chamados por Michel de Certeau de “multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos³⁵”. São operações minúsculas para escaparem dos códigos de disciplina, empreendida pelos praticantes ordinários da cidade, que, sem sair do espaço onde vivem, com suas leis, buscam tirar proveitos das ocasiões inusitadas. Para o redator do jornal O Município, estes usuários que resistiam ao Código de Posturas, deixando de efetuar a limpeza das fachadas das residências eram vistos como:

Meia dúzia de indivíduos pynhonicos e insidiosos, [que] andam a apregoar que não farao a limpeza reclamada pela Intendência porque esta ainda não fez ainda a caiação e pintura do mercado público da cidade, e que se a Intendência não limpar o mercado, também elles não limparão a frente de suas habitações e nem também poderão ser multados uma vez que a Intendência deixou, também de observar a sua lei.

Não sei bem se isto é praxe ou doutrina, porém, estou a apostar em como não é uma e nem outra cousa e nem tão pouco vem da legislação municipal; parece-me, antes, concepções de cérebros doentios³⁶.

Mais do que a enunciação de ações praticadas por indivíduos “insidiosos” ou “cérebros doentios”, podemos perceber as táticas de resistências aos decretos de limpeza das fachadas das residências localizadas no perímetro urbano, por parte dos moradores da cidade. Nota-se que a aplicação de tais posturas não se concretizava sem contestações. São nessas práticas sutis de reclamar, de espalhar, que não vão pintar as suas casas porque a Intendência não estava também cumprindo o seu papel em repintar os prédios de sua responsabilidade, que os sujeitos encontravam situações que permitiam descumprir a legislação municipal.

O Livro de Termos de Multas traz diversas situações de inobservância das disposições do Código de Posturas, por parte de indivíduos que deixaram de proceder à limpeza anual em prédios encravados no perímetro urbano da cidade e dos distritos municipais. Nas “correições” empreendidas pelos fiscais, após o prazo estipulado pela Intendência para o ano de 1918, foram multados na importância de vinte mil reis (20\$000), os seguintes cidadãos: Antônio Romão, proprietário de um prédio na Travessa Tavares de Lyra, dessa cidade, José Avelino Bezerra e Francisco Valentim Dantas, responsáveis por prédios na Rua São Sebastião, Firmino Chrispin d’Azevedo e Joaquim Galvinctio d’Azevedo, da Rua Nova e Paulino Valentim de Maria, da Rua Major Felix, todos da Povoação de Parelhas. No Povoado do Espírito Santo, foram multados os senhores Joaquim Claudio da Fonseca, Apollinario Pereira da Costa, Joaquim Estanislau de Medeiros e Antônio Alves da Fonseca.

Aliado a este cuidadoso trabalho de embelezamento dos espaços urbanos, marcados pela arborização e pintura anual das fachadas das residências e prédios encravados em seu perímetro, as ruas e avenidas ganharam, posteriormente, iluminação elétrica, serviço que dependia de grandes somas de recursos financeiros dos cofres municipais. O Conselho de Intendência, presidido por Heráclio Pires Fernandes e contando com a presença dos senhores Intendentes Laurentino Bezerra Neto, João Medeiros e Francisco Cunha, “faltando sem causa participada” os demais membros do Conselho, reuniu-se em sessão extraordinária, no dia 15 de maio de 1923, para:

O fim especial de tratar-se do contracto de iluminação pública desta Cidade, que apesar de ser achar devidamente autorizado pelas despozições do paragrapho 9º da Lei Orçamentaria em vigor, não queria fazer qualquer contracto sem ser devidamente discutido pelos Snrs. Edis, tratando-se de um serviço de alta importância e de grande despendio para o município como será o serviço de iluminação pública desta Cidade³⁷.

A criação do serviço de iluminação elétrica da cidade, apesar dos altos custos de instalação da empresa, montagem dos equipamentos e manutenção, representava um benefício de grande valia, ocupando o centro das discussões do Conselho de Intendência, a partir da segunda década do século XX. Desde a sessão extraordinária de 15 de maio de 1923, passando pelas sessões ordinárias seguintes, a questão da luz elétrica ganha destaque como um dos principais “melhoramentos” a ser colocado em prática pela Intendência Municipal.

Este serviço constituía mais um sinal de “melhoramento” instalado na cidade. Estas conquistas materiais buscavam adequar o urbano jardimense em sintonia com os discursos de modernidade que ecoavam de diversas cidades brasileiras, independentemente do porte. A instalação de “novidades” era exaltada pela imprensa como símbolos do “progresso”, denunciadoras dos níveis de “civilidade” de uma determinada localidade.

Um cronista do *Jornal das Moças*, da vizinha cidade norte-rio-grandense de Caicó, apresentou as transformações nas ruas e avenidas de Jardim do Seridó como um modelo a ser copiado pelas demais cidades da região:

Justiça seja feita, essa ancia do progresso se há evidenciado não só aqui mas em todas as cidades do Seridó, dentre as quais se destaca, pelo grande e justifico

zelo, em que é tido o serviço de limpeza pública e pela excellencia da sua illumination elétrica, a vizinha cidade de Jardim do Seridó.

Quem quer que passe por aquella cidade nota logo ao primeiro golpe de vista o cuidado em que é tido ali o asseio público. Rara é a casa que não tem bem limpa sua fachada, não se encontrando difficilmente calçadas desatijolladas ou assymetricas. Isso deve servir-nos de exemplo³⁸.

Jardim do Seridó aparece, nas palavras do cronista Renato Dantas, como uma cidade atualizada no contexto de modernização que estava acontecendo nas principais cidades brasileiras do início do século XX, com destaque para o zelo demonstrado pela higienização dos espaços públicos e pela excelência da iluminação elétrica. Estas benfeitorias que modificavam as ruas e avenidas são apresentadas como símbolos do “progresso” que adentrava as cidades do sertão. A crônica chama a atenção para o nível de desenvolvimento material, presente no traçado urbano, nas calçadas simétricas, no asseio das fachadas das residências e na limpeza pública. Estas características davam à cidade jardinese um lugar de destaque entre as demais cidades da região, como um exemplo a ser seguido.

A construção de uma cidade avançada passava pela existência de telégrafos, usina elétrica, prédios públicos amplos, limpos e iluminados, mas, também, por uma infraestrutura educacional de qualidade. Para a administração pública de Jardim do Seridó, a falta de instrução emergia, a partir de 1917, como um empecilho ao “progresso”. Com base no relatório do presidente da Intendência Municipal, Heráclio Pires, expressando-se acerca da “instrução primária”, lemos na edição de 10 de março de 1918:

Ao assumir o governo do Município, foi dos meus primeiros cuidados lançar as vistas para a instrucção primaria, que tem sido, ultimamente, objeto das mais sérias cogitações por parte dos governos bem inspirados. Porque, só os que não teem preocupações pelo futuro da pátria e os que são incapazes de sentir e de calcular a intensidade e as conseqüências desse lamentável e vergonhoso estado de analphabetismo em que jazemos, não se sentem aterrorizados ante a desoladora proporção de analphabetos averiguada pelas estatísticas officiaes³⁹.

Podemos observar que, ao final da década de 1910 e início da de 1920, a instrução pública constitui um dos discursos prioritários dos administradores “bem inspirados”. Uma das preocupações era a existência de “estatísticas officiaes”, que apresentavam altos índices de “analphabetos”, sendo que a proporção “em nosso Estado

é de 79,6 por cento, d'onde se conclue que de cada 100 indivíduos, apenas 20 se contam capazes de se communicarem por meio da leitura e da escripta”⁴⁰.

Nesta situação, “lamentável e vergonhosa”, era necessário não somente disseminar a instrução pública em todos os distritos e localidades do município de Jardim do Seridó, mas, também, dotar as escolas de um ambiente limpo e saudável, além de introduzir novos métodos de ensino, com bons professores e salários dignos.

A cidade dos desejos, presente nas crônicas dos jornais e nas documentações da burocracia administrativa tinha o setor educacional como um dos pilares de sustentação do discurso de integração aos caminhos do “progresso” e da “civilização”.

Em 1917, quando Heráclio Pires assumiu a administração pública local, o município contava com apenas três escolas primárias, “sendo uma na Povoação de Parelhas, uma na de Espírito Santo e outra na de Periquito, [...] com uma matricula total de 84 alunos e uma freqüência média de 65”⁴¹. Na sede do município, funcionava uma escola de instrução primária, onde a senhora Dona Thereza Benigna da Cunha ministrava aulas, custeada pelos cofres municipais. Além disso, existia o Grupo Escolar “Antônio de Azevedo”, que “funcionava em um prédio de antiga construção, situado à margem do riacho da usina e dentro do perímetro urbano”⁴².

O Grupo Escolar “Antônio de Azevedo”, que funcionava desde 1912, pertencia ao Governo Estadual, especificamente à Diretoria Geral de Instrução Pública. Em 1918, este estabelecimento de ensino encontrava-se “sob a competente direcção dos professores diplomados Aprígio Câmara e D. Maria da Penha”⁴³. No entanto, apesar dos modernos métodos de ensino adotados, o número de matrículas não correspondia às expectativas do Estado e do Município, que custeava as aulas. Segundo o presidente da Intendência, Heráclio Pires, a consequência disto,

É este lastimável e criminoso indiferentismo do nosso povo em se tratando da instrução, principalmente quando – como acontece nos grupos escolares – os methodos de ensino moderno manda banir os erros da rotina.

Verdadeiro “preconceito da palmatória”, os que não estão na altura de apprehender as vantagens dos methodos intuitivos do ensino moderno, não concordam que se possa metter sciencia na cabeça de uma creança sem o auxílio do azourraque do mestre-escola⁴⁴.

Esta narrativa possibilita diversas análises acerca da educação nas décadas iniciais do século XX. A existência de um grupo escolar implantando modernos métodos de ensino, capaz de moldar os alunos através dos valores burgueses como: higiene, saúde e educação, transformando o alunado em cidadãos dignos para representar a pátria⁴⁵, não era vista com bons olhos por uma parte significativa da população, existindo resistências aos métodos instrutivos, que haviam abolido o uso da palmatória.

A instrução pública, um dos discursos mais divulgados pelas autoridades do início do século XX, encontrava resistências por parte de alguns pais que não queriam matricular os filhos nos grupos escolares. Para eles, era impossível se fazer educação “sem o auxílio do azourrage do mestre-escola”. O resultado era a existência de diversas vagas estabelecidas pela Diretoria Geral de Instrução Pública, “entretanto, a matrícula em nosso mais importante gynnasio de instrução pública, não foi muito além de 50 e a freqüência orçillou entre 30 e 40 educandos”⁴⁶.

Segundo José Nilton de Azevedo, o prédio onde funcionavam as aulas de instrução pública do Governo do Estado era uma antiga construção que “tanto se deteriorou que não mais puderam continuar as aulas”⁴⁷. Esse ambiente educacional não condizia mais com as necessidades da moderna educação propagada pelos presidentes do Estado, desde os anos iniciais da década de 1920, pois, segundo constatou Iranilson Buriti, a proposta que circulavam nesta época por parte dos administradores era de que, tal como a casa e a igreja, a escola deveria ser, também, uma imagem positiva dos colégios, como extensão da própria casa⁴⁸. Esta aliança entre casa, igreja e escola constituía o ideal da educação brasileira do início do século XX. Assentada no saber médico-higienista, as escolas deveriam ser esquadrihadas, medidas e avaliadas, possuindo uma geografia onde as noções de saúde, doença e higiene fossem não somente divulgadas, através dos seus professores, mas estivessem presentes na estrutura física dos colégios.

Este discurso pode ser depreendido dos diversos requerimentos encaminhados pelo presidente da Intendência Municipal à Diretoria Geral de Instrução Pública, pedindo a edificação de um novo prédio para o Grupo Escolar “Antônio de Azevedo”.

O novo prédio do Grupo Escolar foi construído dentro de uma nova proposta para a educação do Rio Grande do Norte, empreendida pelo presidente do Estado, José Augusto Bezerra de Medeiros⁴⁹. Neste sentido, várias cidades do interior foram

beneficiadas com a construção de diversos grupos escolares, cujas estruturas físicas eram amplas, ventiladas e higienizadas.

Construído a partir da relação entre saber médico e educação, o Grupo Escolar “Antônio de Azevedo” emergia como um ambiente propício para serem ministradas aulas aos filhos das famílias da elite jardinense, assumindo um caráter voltado para a educação moral e cívica, pois, somente num ambiente educacional “limpo, bem alimentado, bem educado, longe da sujeira da rua, da fedentina da bagaceira, das molecagens nos rios e touceiras, o menino ia sendo moldado para se tornar um homem digno de ser cidadão e patriota, de honrar o nome de Deus, da família e da nação”⁵⁰.

O imponente Grupo Escolar “Antônio de Azevedo” dotava o espaço urbano de uma arquitetura moderna, sendo o imaginário do “progresso” e do “desenvolvimento” penetrado nas mentes dos administradores da pequena e distante dos grandes centros, Jardim do Seridó. Impulsionada pelos desejos de se construir espaços de sedução, a geografia urbana ganha novos atributos, monumentos, equipamentos e discursos que a legitimavam como uma cidade moderna, como a Veneza Seridoense, onde velhos cenários cediam lugar às outras construções, emprestando ares de “inovação” e de “refinamento”. Uma nova estética tomava conta das ruas e dos prédios, aquela que prezava pelo embelezamento.

Enquanto administrador, Heráclio Pires buscou projetar os espaços urbanos, materializando uma arquitetura cidadina constituída não somente de casas, igrejas, mas também de prédios públicos amplos e grandiosos, a exemplo do Açougue, do Mercado remodelado, do Grupo Escolar “Antônio de Azevedo” e implantando um emaranhado de práticas que buscavam compor o espaço citadino de forma cada vez mais conectada com os padrões da modernidade.

Desse modo, a criação de espaços de sociabilidades surgia como uma necessidade aclamada por uma parte da população urbana, ansiosa por novos espaços e práticas destinadas à diversão e à recreação. Esses espaços sociais congregavam uma parcela significativa da sociedade, que compartilhava os mesmos desejos e anseios. O “Gremio Litterário e Recreativo Jardinense”, fundado em 13 de maio de 1914, era um estabelecimento destinado à sociabilidade na cidade.

A análise das transformações urbanas da cidade de Jardim do Seridó, nas duas primeiras décadas do século XX, possibilitou perceber os caminhos trilhados na

construção de espaços públicos que emergiram a partir de novas necessidades. A edificação do Açougue para comercialização de carnes, a remodelação do Mercado onde eram realizadas as feiras, a criação do novo prédio do Grupo Escolar “Antônio de Azevedo”, bem como a arborização, limpeza e iluminação das ruas e das residências, são fatos alicerçados em enunciados como higiene e estética. Seus idealizadores acreditavam estarem conduzindo a cidade rumo ao “progresso” e à “civilização”.

Percebemos nas crônicas do jornal *O Município* uma tentativa de tornar o espaço citadino objeto de sedução, onde Jardim do Seridó seria reconhecida como a “Veneza Seridoense”. Ideais como “progresso”, “desenvolvimento” e “civilização” estavam presentes nas crônicas das ações administrativas; uma forma de seduzir os leitores. Não só a cidade era construída para seduzir, com a chegada dos signos do progresso, mas as ruas e as lojas comerciais também apresentavam produtos que passaram a fazer parte do suprimento das novas necessidades de uma parcela da sociedade, desejosa dos ideais de “progresso” e modernização.

¹ APELLO ao povo Jardinense. *O Município*. Jardim do Seridó, 21 de set. 1918, p. 01.

² ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*, p. 12.

³ ARRAIS, Raimundo. *Op. Cit.* p. 13.

⁴ ARRAES, Marcos Alexandre. Primeiros enunciados de modernidade: o discurso do moderno no Recife nas décadas iniciais do século XX, In.: *Emblemas: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais*, p. 105.

⁵ Idem, *Ibidem*, p. 250.

⁶ CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.*, p. 50.

⁷ RELATÓRIO. *O Município*. Jardim do Seridó, 09 de fev. 1918, p. 1.

⁸ RELATÓRIO. *Op. Cit.*

⁹ BERMAN, Marshall. *Todo que é sólido desmancha no ar*, 2007.

¹⁰ CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: artes do fazer*, p. 174.

¹¹ OBRAS públicas. *O Município*. Jardim do Seridó, 06 de jun. 1919, p. 1. [grifos nossos].

¹² OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Fora da Higiene Não Há Salvação: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. *MNEME – Revista de Humanidades*, 2003. Disponível em <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme07/002-p.pdf>. Acesso em: 07/04/2011.

¹³ ARRAIS, Raimundo. *Op. Cit.* p. 369.

¹⁴ OBRAS públicas. *O Município*. Jardim do Seridó, 06 de jun. 1919, p. 1.

¹⁵ OBRAS públicas. *Op. Cit.*

¹⁶ ARRUDA, Gilmar. *Op. Cit.*, p. 203.

¹⁷ OBRAS públicas. *O Município*. Jardim do Seridó, 06 de jun. 1919, p. 1.

¹⁸ MÉLO, Evaneide Maria de. *A Paisagem em Foco: leituras fotográficas de Jardim do Seridó-RN*, p. 14.

¹⁹ ARRAIS, Raimundo. *Op. Cit.*

²⁰ AZEVEDO, José Nilton de. *Op. Cit.* p. 156.

²¹ NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. Campina Grande: Cenários de Sedução. In: DANTAS, Eugenia; BURITI, Iranilson (orgs.). *Cidade e Regiões: múltiplas histórias*, p. 68.

²² AZEVEDO, José Nilton de. *Op. Cit.* p. 156.

²³ OBRAS públicas. *O Município*. Jardim do Seridó, 06 de jun. 1919, p. 1 [grifos nossos].

²⁴ MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo Revisitado. In.: *Estudos Históricas*, p. 238.

²⁵ AZEVEDO, José Nilton de. *Op. Cit.* p. 89.

²⁶ SENNET, Richard. *Carne e Pedra*, p. 220.

²⁷ RELATORIO. *O Município*. Jardim do Seridó, 30 de mar. 1919, p. 1.

-
- ²⁸ Lei n. 35 de 7 de maio de 1917. In. *Livro de Decretos e Leis da Intendência Municipal (1891-1920)*. p. 52.
- ²⁹ CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.*, p. 50.
- ³⁰ LIVRO de multas da Intendência Municipal (1882-1940).
- ³¹ INTENDÊNCIA municipal. *O Município*. Jardim do Seridó, 20 de jul. 1918, p. 2.
- ³² INTENDÊNCIA municipal. *O Município*. Jardim do Seridó, 20 de jul. 1918, p. 2.
- ³³ REPAROS. *O Município*. Jardim do Seridó, 20 de mar. De 1918, p. 2.
- ³⁴ LIMPEZA PÚBLICA. *O Município*. Jardim do Seridó, 8 de mar. De 1918, p. 2.
- ³⁵ CERTEAU, Michel de. *Op. Cit.*, p. 102.
- ³⁶ REPAROS. *O Município*. Jardim do Seridó, 20 de mar. De 1918, p. 2.
- ³⁷ Acta de uma sessão extraordinária do Conselho de Intendência Municipal de Jardim do Seridó. *Livro de Actas – 1922*. Jardim do Seridó, 15 de mai. de 1923.
- ³⁸ DANTAS, Renato. (Sem título). *Jornal das Moças*. Caicó, 11 de abr. de 1926, p. 1.
- ³⁹ RELATÓRIO. *O Município*. Jardim do Seridó, 10 de mar. 1918, p. 1.
- ⁴⁰ RELATÓRIO. *Op. Cit.* p. 1.
- ⁴¹ RELATÓRIO. *Op. Cit.*, p. 1
- ⁴² AZEVEDO, José Nilton de. *Op. Cit.* p. 180.
- ⁴³ CONTINUAÇÃO do relatório. *O Município*. Jardim do Seridó, 10 de mar. 1918, p. 1.
- ⁴⁴ CONTINUAÇÃO do relatório. *Op. Cit.*
- ⁴⁵ Sobre a Educação Pública nesta época, ver: OLIVEIRA, Iranilson Buriti. Há Va(r)gas na Escola: o discurso higienista e a limpeza da infância escolar nos anos 20 e 30. In: DANTAS, Eugenia; BURITI, Iranilson (orgs.). *Cidade e Regiões: múltiplas histórias*, p. 43.
- ⁴⁶ CONTINUAÇÃO do relatório. *Op. Cit.* 1918, p. 1.
- ⁴⁷ AZEVEDO, José Nilton de. *Op. Cit.* p. 180.
- ⁴⁸ OLIVEIRA, Iranilson Buriti. Há Va(r)gas na Escola: o discurso higienista e a limpeza da infância escolar nos anos 20 e 30. In: DANTAS, Eugenia; BURITI, Iranilson (orgs.). *Cidade e Regiões: múltiplas histórias*, p. 43.
- ⁴⁹ Uma análise aprofundada a respeito das pautas modernizadoras do governo José Augusto, principalmente nas áreas de educação e saúde, pode ser consultada em ARAÚJO, Marta Maria de. As pautas modernizadoras do governo de José Augusto. In.: *José Augusto Bezerra de Medeiros: político e educador militantes*. p. 125-166.
- ⁵⁰ OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. *Op. Cit.* p. 65.